

 Thifany Helena Torres<sup>1</sup>  
 Fernanda Baeza Scagliusi<sup>2</sup>  
 Fernanda Sabatini<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade de São Paulo,  
Faculdade de Saúde Pública,  
Departamento de Nutrição,  
Programa de Pós-Graduação em  
Nutrição em Saúde Pública. São  
Paulo, SP, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade de São Paulo,  
Faculdade de Saúde Pública,  
Departamento de Nutrição. São  
Paulo, SP, Brasil.

**Correspondência**  
Thifany Helena Torres  
thif.torres@usp.br

## **Alimentação da população em situação de rua no contexto da Covid-19 no Brasil: debate qualitativo a partir do jornal O Trecheiro**

### **Food for the homeless people in the context of Covid-19 in Brazil: a qualitative debate based on the newspaper O Trecheiro**

#### **Resumo**

**Introdução:** A insegurança alimentar e nutricional da população em situação de rua perpassa a negação de direitos básicos, como moradia, e abrange a incerteza do que, quando, onde e como se alimentar. Assim, dar voz às vulnerabilidades e reivindicações dessa população é essencial. **Objetivo:** Descrever e discutir as principais questões que permearam a temática da alimentação e da comida nas matérias do jornal *O Trecheiro*, focado nas realidades sociais da população em situação de rua no Brasil, durante um período da pandemia de Covid-19 (março de 2020 a fevereiro de 2021). **Métodos:** Tratou-se de pesquisa qualitativa genérica com produção de dados a partir de análise documental; adotou-se o método de análise de conteúdo para categorizar o *corpus documental* e discutir os temas construídos a partir dos dados. **Resultados:** A "alimentação enquanto direito" surgiu como parte dos saberes e lutas da pessoa em situação de rua. Os temas e subtemas construídos abrangeram alimentação enquanto um direito não assegurado, vinculando-se à não garantia de outras necessidades (terra e trabalho); às saídas para a garantia do alimento e de outros insumos (solidariedade, luta popular); e aos sentidos e significados que a alimentação e os rituais em torno dela possuem para a pessoa em situação de rua. **Conclusão:** Pensar sobre o cuidado e a alimentação dessa população exige um olhar integral e multifatorial que considere a complexidade do grupo estudado, assim como os diversos aspectos que atravessam as vivências desses indivíduos, como questões estruturais, sociopolíticas e experiências individuais discutidas neste artigo.

**Palavras chave:** Segurança alimentar e nutricional. Saúde pública. População em situação de rua. Covid-19.

#### **Abstract**

**Introduction:** The food and nutritional insecurity of the homeless population goes beyond the denial of basic rights, such as housing, and encompasses the uncertainty of what, when, where and how to eat. It is therefore essential to give voice to the vulnerabilities and demands of this population. **Objective:** To describe and discuss the main issues that permeated the theme of food and eating in articles in the newspaper *O Trecheiro*, focused on the social realities of the homeless population in Brazil, during a period of the Covid-19 pandemic (March 2020 to February 2021). **Methods:** This was a generic qualitative research with data production from documentary analysis; the content analysis method was adopted to categorize the documentary corpus and discuss the themes constructed from the data. **Results:** "Food as a right" emerged as part of the knowledge and struggles of homeless people. The themes and sub-themes

that emerged included food as a right that is not guaranteed, linked to the failure to guarantee other needs (land and work); ways of guaranteeing food and other inputs (solidarity, popular struggle); and the senses and meanings that food and the rituals surrounding it have for homeless people. **Conclusion:** Thinking about the care and feeding of this population requires a comprehensive and multifactorial approach that takes into account the complexity of the group studied, as well as the various aspects that permeate the experiences of these individuals, such as structural and socio-political issues and the individual experiences discussed in this article.

**Keywords:** Food and nutrition security. Public health. Homeless people. Covid-19.

## INTRODUÇÃO

A população em situação de rua (PSR) é um grupo heterogêneo que sofre grande estigma e sofrimento social. A Política Nacional da População em Situação de Rua (PNPR) a caracteriza como um grupo de pessoas que se encontram em pobreza extrema, com vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, que não possuem moradia convencional ou regular, e que utilizam, temporária ou permanentemente, logradouros públicos (exemplos: calçadas, viadutos e parques), áreas degradadas (exemplos: prédios abandonados) e centros de acolhida como local de moradia e pernoite.<sup>1</sup> Nesse sentido, vivenciam situações de vulnerabilidade que ferem a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que consiste na garantia do direito ao acesso constante a alimentos em quantidade e qualidade adequadas, baseando-se em práticas alimentares coerentes com a promoção da saúde, diversidade cultural e práticas econômicas e ambientalmente sustentáveis.<sup>2</sup> A SAN se relaciona intimamente com o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), que por sua vez compreende o "acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios necessários para sua obtenção" (p. 2).<sup>3</sup> No Brasil, este direito está presente na Constituição Federal desde 2010, a partir da Emenda Constitucional n. 64, que traz a alimentação como um direito social.<sup>4</sup>

Em contraponto, dados expressam o agravamento das situações de insegurança alimentar e nutricional (InSAN) e fome no Brasil. O II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil – II VIGISAN –, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) em 2021/2022, mostrou que 33 milhões de brasileiros (15,5% dos domicílios brasileiros) encontram-se em situação de fome, representada pela InSAN grave.<sup>5</sup> Comparativamente, no I VIGISAN, realizado em 2020, esse mesmo indicador era representado por 9% dos domicílios brasileiros (19 milhões de brasileiros).<sup>6</sup> Tais inquéritos referem-se a domicílios, de forma que a situação é provavelmente muito mais grave para aquelas pessoas que não residem em domicílios, como PSR. Estas pessoas enfrentam violações ao DHAA expressivas, que perpassam estratégias de acesso ao alimento a partir da busca em cestos de lixo, doação de terceiros e sobras de alimentos de restaurantes, recaindo sobre as barreiras dessa população para acessar uma alimentação de qualidade e digna.<sup>7</sup>

Durante a pandemia de Covid-19, caracterizada e anunciada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, os cenários de vulnerabilidade já vivenciados pela PSR foram agravados. A Organização das Nações Unidas (ONU) alertou que a pandemia representa uma ameaça à SAN no mundo, principalmente para populações mais vulneráveis, podendo ampliar a fome e a pobreza extrema.<sup>8</sup> Ao comparar os dados do I e II VIGISAN, expostos anteriormente, observa-se que essa estimativa já é realidade no Brasil, e entendendo que a PSR representa em si um grupo em InSAN, é importante notar também o aumento dessa população. Em setembro de 2019, a PSR no Brasil era estimada em 206.691 pessoas;<sup>9</sup> já em março de 2020, a estimativa era de 221.869, sendo que a maioria se encontrava na Região Sudeste, majoritariamente na cidade de São Paulo.<sup>9</sup>

O aumento expressivo dessa população durante a pandemia atrela-se, entre outros motivos, à maior fragilização dos vínculos empregatícios, perdas de moradia e políticas públicas emergenciais insuficientes.<sup>10</sup> Nesse contexto, emergem questões como a exposição pouco controlada ao vírus da Covid-19 pela PSR e a maior dificuldade para acessar alimentos de qualidade e em quantidade suficiente - devido à menor circulação de pessoas nas ruas e ao fechamento dos comércios.<sup>10</sup>

A complexidade dos aspectos que influenciam e condicionam a alimentação da PSR durante, e para além da pandemia, atrela-se à falta de moradia, dificuldade da garantia de recursos básicos, ao estigma e exclusão social<sup>11</sup> e, portanto, elucida debates que atravessam discussões transdisciplinares e intersetoriais, dialogando com o campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva. Consideramos, portanto, relevante o debate acerca da alimentação da PSR, tendo em vista o contexto de avanço da InSAN no Brasil e, sobretudo,

do avanço da fome e da pobreza, visando compreender as fragilidades e necessidades em torno das questões do DHAA e da SAN para a PSR.<sup>8</sup>

Diante das diversas demandas da PSR, veículos de comunicação são produzidos com a PSR - como jornais impressos e programas de rádio - que expõem e dão voz às reivindicações desse grupo por melhores condições de vida e acesso a necessidades básicas, assim como experiências e significados do "estar na rua" para a PSR, incluindo a temática da alimentação. Exemplo disso é o jornal *O Trecheiro - Notícias do Povo da Rua*, que promove notícias sobre os direitos e vivências da PSR sobretudo em São Paulo, local de grande concentração dessa população, mas também em outros locais do Brasil. Acosta e Resende<sup>12</sup> discutem o protagonismo do jornal *O Trecheiro* como um instrumento que dá voz à PSR e possibilita o acesso ao espaço discursivo. Esse jornal expõe os desafios enfrentados diariamente pela PSR, trazendo tais sujeitos como colaboradores na escrita, produção e interlocução do jornal; dissemina, ainda, conteúdo entre a própria PSR, fortalecendo-os politicamente.<sup>13</sup> Nesse sentido, torna-se também um documento de interesse para análise acadêmica.

O contexto de pandemia de Covid-19 exigiu uma ressignificação das metodologias para realização de pesquisas científicas qualitativas. Estudos realizados de forma remota se tornaram mais frequentes, porém com a mesma preocupação na busca do aprofundamento pelo que se pretende compreender.<sup>14</sup> Assim, debruçar-se sobre documentos que foram produzidos no contexto da pandemia e que trazem a perspectiva da PSR, como o jornal *O Trecheiro*, possibilitou voltar-nos à complexidade da temática da situação de rua e SAN em um contexto de isolamento social.

Assim, este artigo objetiva descrever e discutir as principais questões que permearam a temática da alimentação e da comida em matérias do jornal *O Trecheiro*, que se desdobra em torno das realidades sociais da PSR no Brasil, durante um período da pandemia de Covid-19.

## MÉTODOS

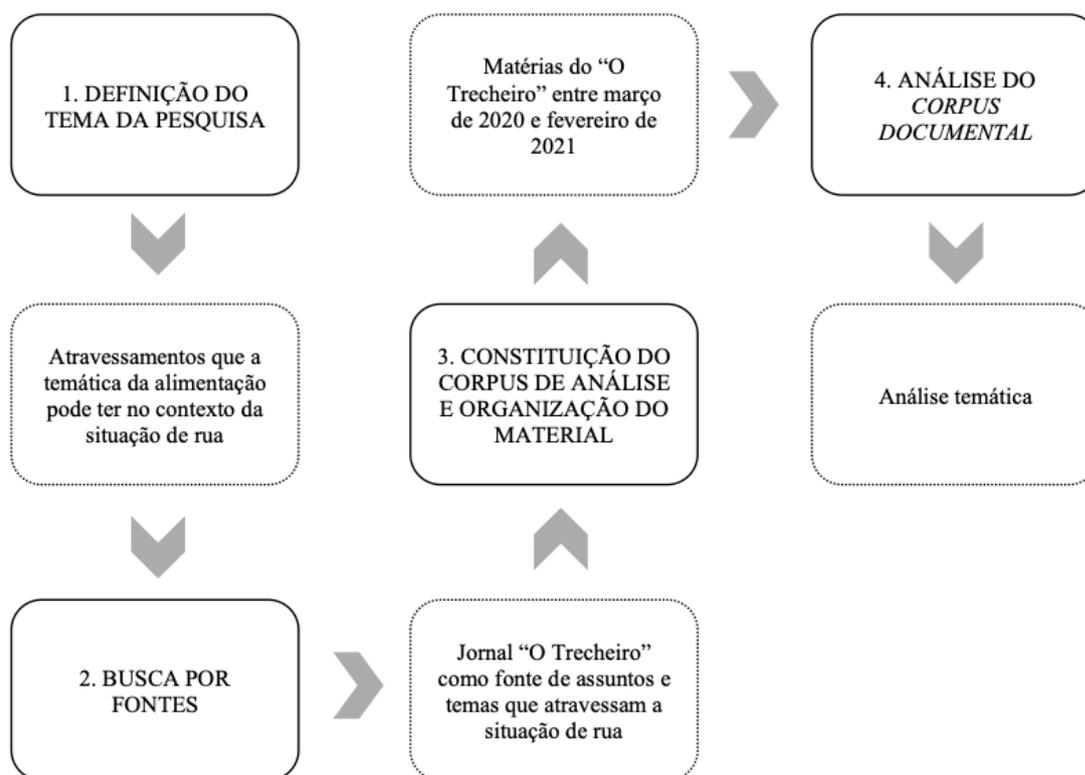
### Delineamento do estudo

Trata-se de pesquisa qualitativa genérica com produção de dados a partir de análise documental. A pesquisa qualitativa genérica não possui delimitações estritamente definidas sobre métodos e técnicas para sua aplicação: combina abordagens metodológicas estabelecidas, associando técnicas e ferramentas de mais de uma metodologia ou readaptando regras e diretrizes de uma única metodologia; cria algo novo e que não reivindica uma estrutura metodológica formal.<sup>15</sup> Optamos por esse delineamento, pois busca-se descobrir e entender processos, perspectivas e visões de mundo. Para tanto, são incluídas descrições, interpretações e entendimentos sobre o fenômeno e identificados padrões de temas e assuntos, delineando um processo para a compreensão do que se pretende entender, ainda que os referenciais teóricos e os marcos metodológicos não sejam adotados explicitamente.<sup>16</sup>

Foram incluídas e analisadas, enquanto *corpus documental*, matérias *on-line* do jornal *O Trecheiro - Notícias do Povo da Rua*, nas seções "blog" e "acervo *on-line*" do endereço público <https://rederua.org.br/o-trecheiro/>. As matérias selecionadas foram todas publicadas ao longo de doze meses a partir de março de 2020, início da pandemia de Covid-19 no Brasil. Este estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Saúde Pública da USP (Parecer 4.726.784).

Realizamos a pesquisa documental com base nas etapas propostas por Pimentel,<sup>17</sup> que foram ilustradas na Figura 1.

**Figura 1.** Etapas da pesquisa documental do estudo “Debates sobre alimentação e população em situação de rua durante a pandemia de Covid-19: uma análise qualitativa a partir do jornal “O Trecheiro”, baseado em Pimentel (2001) <sup>17</sup>



Fonte: Autoras. Tabela baseada em Pimentel (2001) <sup>17</sup>

## Material do estudo

O jornal *O Trecheiro – Notícias do Povo da Rua* é o primeiro projeto desenvolvido pela Associação Rede Rua, uma Organização da Sociedade Civil e entidade beneficente sem fins lucrativos.<sup>18</sup> A Associação, com sede na cidade de São Paulo, se propõe a contribuir com redes de relações de apoio à pessoa em situação de rua e participar na promoção à dignidade e direitos para esta população. O jornal concentra sua circulação nas ruas e equipamentos de acolhimento à PSR do município de São Paulo.<sup>13</sup> A PSR do município de São Paulo - público-alvo e colaboradores/as do jornal - é caracterizada pela grande heterogeneidade de características sociais e culturais, assim como pela concentração na zona central da cidade.<sup>10,13</sup>

Antes da pandemia, o jornal era impresso em parceria com uma editora e distribuído nas ruas da cidade de São Paulo, em centros de assistência à PSR e em órgãos governamentais, e era disponibilizado no *site* e nas redes sociais da Associação Rede Rua. Devido à pandemia de Covid-19, passou a ser fixado em locais de circulação da PSR, como centros de atendimento à PSR e órgãos governamentais, no município de São Paulo - principalmente na região central -, em forma de mural, permanecendo o formato de distribuição eletrônica, de acesso *on-line* e público, a partir das seções "acervo *on-line*" e "blog" disponíveis no *site* de *O Trecheiro* - meios que aumentam o alcance do jornal além do nível municipal. As edições do acervo *on-line* foram interrompidas entre março e maio de 2020, devido à pandemia da Covid-19, e retomadas no mês de junho. Durante essa interrupção, continuaram sendo divulgadas matérias independentes na seção do "blog" do *site* do jornal.

Foram definidos como critérios de inclusão: matérias divulgadas eletronicamente pelo blog ou acervo *on-line* do jornal *O Trecheiro* no período de doze meses a partir do início da pandemia de Covid-19 no Brasil, de março de 2020 a fevereiro de 2021. Entre março de 2020 e maio de 2020, em vista da interrupção da publicação de edições do acervo *on-*

*line*, utilizamos para análise somente as matérias disponíveis na seção "blog". Todas as matérias disponíveis referentes a esse período foram lidas na íntegra. Entre junho de 2020 e fevereiro de 2021, utilizamos tanto matérias disponíveis nas edições do acervo digital do jornal, quanto disponíveis na seção do blog, excluindo aquelas que se repetiam.

## Análise e interpretação do corpus documental

A análise dos dados foi realizada através de análise de conteúdo temática, compreendendo, segundo Bardin<sup>19</sup>: (1) pré-análise, (2) exploração do material e (3) tratamento dos dados e interpretação dos resultados.

(1) Na **etapa da pré-análise**, organizamos o *corpus documental* a ser analisado: matérias do jornal *O Trecheiro*, acervo e blog, de março de 2020 a fevereiro de 2021. Houve também o contato direto com o conteúdo do *corpus documental*, a partir de leituras completas, em que identificamos tópicos marcantes no texto e que se comunicavam com nossos objetivos. No decorrer da leitura, identificamos termos-chave contextualizados ao tema de alimentação e comida, que nos guiaram pelo *corpus* em uma busca mais detalhada, identificando conteúdos pertinentes à pesquisa.

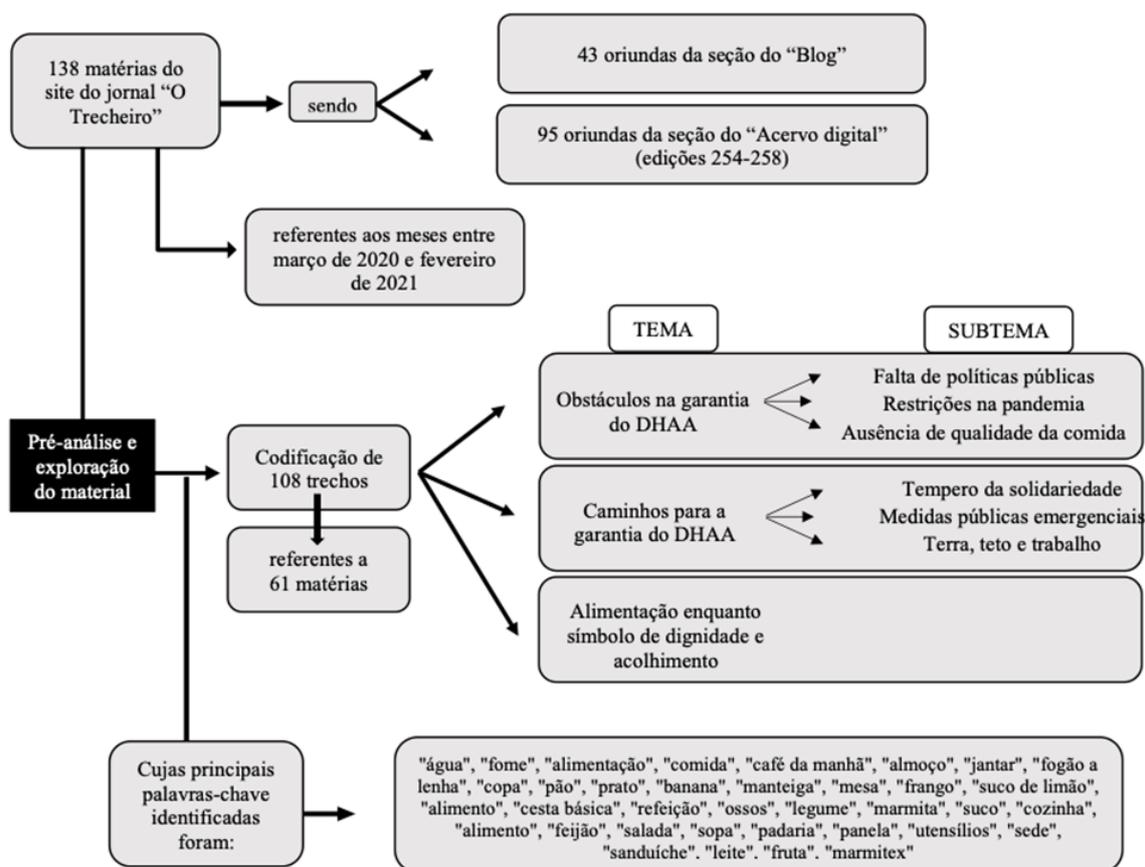
(2) A **fase de exploração do material** correspondeu a codificação e categorização do *corpus*. Utilizamos a técnica de "*cutting and sorting*" sistematizada por Bernard et al.<sup>20</sup> Por meio dessa técnica, a codificação e a categorização consistiram em construir temas de análise a partir de expressões e ideias comuns ao longo do material, que fossem coerentes com nossos objetivos e contextualizadas ao *corpus*. Esta etapa foi realizada por duas pesquisadoras treinadas na técnica de "*cutting and sorting*" e um material de implementação e padronização da categorização foi elaborado e aplicado, o *Codebook*. Segundo as recomendações de Mac Queen et al.,<sup>21</sup> o *Codebook* apresentou: nome do tema construído; descrição do tema; critérios de inclusão e exclusão para os trechos identificados naquele tema; exemplos de trechos incluídos cujo sentido fosse típico dos critérios de inclusão definidos ("Exemplos Típicos"); trechos cujo sentido não fosse típico dos critérios de inclusão definidos, mas ainda sim pertencessem à ideia do tema ("Exemplos Atípicos"); e exemplos de trechos com sentido muito próximo dos critérios de inclusão, porém que não se encaixavam no tema ("*Close, But No*"). Para garantir o rigor do estudo, a confiabilidade da categorização entre as duas pesquisadoras, foi calculada por meio do coeficiente Kappa, com o auxílio do *software on-line* GraphPad QuickCalcs.<sup>22</sup>

(3) O **tratamento dos dados** compreendeu a extração e organização de dados como: informações sobre caracterização do material (edição da matéria incluída, mês e ano), interlocutores dos trechos codificados, título das matérias dos trechos incluídos, autores e os possíveis vínculos que estes têm com organizações ou movimentos, e o assunto principal das matérias cujos trechos foram incluídos. Olhar para essas informações nos auxiliou a contextualizar os temas e respectivos trechos codificados, a fim de interpretá-los. Durante a análise e interpretação dos dados, buscamos, conforme recomendam Bernard et al.,<sup>20</sup> as tendências centrais de sentido dos temas construídos (sentidos mais comuns e típicos que aparecem nos trechos dentro de cada tema), as nuances (aspectos que complexificam e aprofundam cada tema, por apresentarem diferenças e contrastes de sentidos entre trechos de um mesmo tema) e a abrangência de sentido desses temas (amplitude de sentidos que os trechos englobam em cada tema). Por fim, triangulamos tais sentidos com a literatura científica das áreas da Alimentação e Nutrição e Saúde Coletiva.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram lidas 138 matérias do *site* do jornal *O Trecheiro*: 95 oriundas do acervo *on-line* (edições 254-268); e 43 da seção do blog. A Figura 2 apresenta, em fluxograma, o caminho desde a seleção das matérias, passando pela identificação de palavras-chave durante a pré-análise, até a construção final dos temas e subtemas. Os valores de concordância *Kappa* para cada tema e subtema encontram-se no Quadro 1.

Figura 2. Resumo das etapas de pré-análise e exploração do material das matérias\* de março de 2020 a fevereiro de 2021 do site do jornal “O Trecheiro”.



Fonte: Autoras. \* Matérias retiradas do site <https://rederua.org.br/o-trecheiro/>

Quadro 1. Valores de coeficiente Kappa alcançados para os temas/subtemas construídos.

Tema	Subtema	Coefficiente <i>kappa</i>	Classificação
Obstáculos na garantia do DHAA	Falta de políticas públicas	0,68	Concordância substancial
	Restrições na pandemia	1,00	Concordância quase perfeita
	Ausência de qualidade da comida	0,77	Concordância substancial
Caminhos para a garantia do DHAA	Tempero da solidariedade	0,73	Concordância substancial
	Medidas públicas emergenciais	1,00	Concordância quase perfeita
	Terra, teto e trabalho	0,75	Concordância substancial
Alimentação enquanto símbolo de dignidade e acolhimento		0,73	Concordância substancial

Fonte: As autoras.

Aproximadamente 45% do total das matérias lidas e 31% dos trechos codificados foram publicados em março e abril de 2020. Além disso, observou-se concentração dos trechos codificados nos temas "Obstáculos na garantia do DHAA" e "Caminhos para a garantia do DHAA" referentes ao mês de abril de 2020. Esses meses representam o início da pandemia no Brasil e, conseqüentemente, o agravamento de vulnerabilidades que permeiam as realidades da PSR, que foram noticiadas e trazidas à tona pelo jornal com ênfase, desdobrando-se no surgimento de iniciativas e medidas para garantir os direitos da PSR. Tais questões se refletem na predominância de matérias e trechos relacionados à temática do DHAA da PSR nesse período.

Dentre as matérias codificadas, algumas não possuíam assinatura de autor específico, e a autoria era descrita como "Redação", "Editorial" e "Trecheirinhas". Naquelas em que a autoria foi especificada, os(as) autores(as) variaram entre membros da equipe do jornal O Trecheiro (que seriam: jornalistas, equipe de reportagem e de textos e conselho administrativo); e outros colaboradores, como educadores sociais, estudantes e indivíduos inseridos em grupos, movimentos e projetos - exemplos: Grupo ligado ao Grito dos Excluídos(as) Continental; Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH). As matérias traziam outras pessoas escutadas em entrevistas e depoimentos, as quais denominamos "interlocutores" (Quadro 2). Ressaltamos que, apesar de a cidade de São Paulo ser o principal contexto geopolítico das matérias analisadas, as cidades de Salvador e Guarulhos também foram citadas.

**Quadro 2.** Caracterização dos interlocutores dos trechos analisados, a partir das identificações que constam nas matérias\* analisadas do jornal *O Trecheiro* de março de 2020 a fevereiro de 2021.

<ul style="list-style-type: none"> <li>● Pessoas em situação de rua</li> <li>● Pessoas que já estiveram em situação de rua</li> <li>● Imigrantes e famílias em vulnerabilidade social</li> <li>● Moradores de núcleos e comunidades de acolhimento e centros de convivência para pessoas em situação de rua (exemplo: Comunidade Trindade, Núcleo São Martinho)</li> <li>● Pessoas em situação de desemprego</li> <li>● Catadores de materiais recicláveis</li> <li>● Assistentes sociais de instituições e projetos (exemplo: Instituição SEFRAS e projeto "Banho pra geral")</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Militantes, participantes e colaboradores de movimentos de luta popular (exemplo: Movimento Nacional da População de Rua e Central Única dos Trabalhadores)</li> <li>● Colaboradores de instituições de apoio a pessoas em vulnerabilidade (exemplo: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos)</li> <li>● Idealizadores, organizadores e voluntários de iniciativas de apoio à população em situação de rua (exemplo: Pastoral do Povo da Rua, Instituição SEFRAS, Rua em Ação e "Sopão Eliseu")</li> </ul>
---	--

Fonte: Autoras. \*Matérias retiradas do site <https://rederua.org.br/o-trecheiro/>

## Temas e subtemas

A seguir, descreveremos e discutiremos os sentidos centrais dos temas e subtemas construídos. Os significados dos trechos codificados não se apresentam de maneira restrita, mas se ampliam em nuances e abrangências de sentido que se aproximam ou se distanciam dos seus sentidos centrais (Quadro 3).

### I. Obstáculos na garantia do DHAA

O tema focou no sentido das dificuldades do acesso à alimentação adequada. Abrangeu: a negação desse direito pelo poder público (**Subtema - "falta de políticas públicas"**), os obstáculos relacionados aos impactos, consequências e restrições impostas pelo contexto da pandemia (**Subtema - "restrições na pandemia"**) e a falta de segurança e de confiança no alimento oferecido à população em situação de rua (**Subtema - "ausência de qualidade da comida"**) (ver Quadro 3).

Sobre **"falta de políticas públicas"**, a não garantia do DHAA foi debatida para além do momento da pandemia. Alguns trechos evidenciaram o descaso e as dificuldades enfrentadas diariamente, e desde antes da pandemia, pela PSR. Outros trouxeram a perspectiva de que a falta de políticas públicas agrava o não acesso ao alimento no momento pandêmico, sendo o alimento acessado referido como proveniente sobretudo de fontes não estatais, como doações. Nos últimos anos, observa-se um desmonte de políticas públicas de SAN no Brasil, a partir de significativos cortes no financiamento de Programas de Transferência de Renda, desarticulação de projetos como o Programa de Cisternas e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e a extinção do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) - órgão essencial para garantir a participação da sociedade civil nas ações de SAN. Tais desmontes dificultam a garantia do DHAA, principalmente para as populações mais vulneráveis, tendo em vista que desorganizam, no nível nacional, a condução de políticas de promoção de SAN e de combate à fome.<sup>23</sup>

O subtema **"restrições na pandemia"** debateu a falta de acesso à alimentação adequada ou o agravamento dessa dificuldade devido às situações e restrições geradas, especificamente, pelo momento pandêmico: *"uma solidão que já existia, era velada, escondida e agora caiu a ficha de que não existe nada por eles neste momento"* [Padre Paulo, assessor da Pastoral do Povo em Guarulhos. Blog, abril, 2020]. A pandemia de Covid-19 adiciona uma camada extra às dificuldades de acesso, a partir da diminuição de circulação de pessoas e da distribuição de alimentos nas ruas.

Paiva et al.,<sup>11</sup> em sua revisão integrativa, discutiram conquistas recentes de assistência à PSR, como a PNPR, em âmbito nacional. Em nível municipal, a Lei nº 17.252/2019 consolida a Política Municipal para a PSR, que tem como um de seus objetivos assegurar a SAN da PSR.<sup>24</sup> Porém, mesmo com t

ais avanços e conquistas, as políticas de proteção social ainda são caracterizadas pela descontinuidade de programas e projetos, assim como por ações pontuais que não garantem a reinserção social da PSR.<sup>11</sup>

Os subtemas trazidos acima conversam com tais descontinuidades e evidenciam a necessidade permanente de monitoramento, replanejamento e fortalecimento de políticas e programas já existentes. Também demonstram a importância da criação de novas estratégias de assistência para melhoria das condições dessa população.

O subtema **"ausência de qualidade da comida"**, por sua vez, trouxe como sentido central a falta de qualidade da comida distribuída em instituições de acolhimento ou por civis, acarretando situações de envenenamento e intoxicação alimentar (ver Quadro 3). Mattos & Backes<sup>7</sup> discutem a qualidade do alimento oferecido à PSR do ponto de vista do alcance das necessidades nutricionais e do consumo de alimentos considerados saudáveis, como arroz, feijão, carne, legumes e verduras. Neste artigo, entretanto, adicionamos uma camada extra a essa discussão, na medida em que discutimos situações relacionadas ao risco à saúde e integridade física da PSR. Tais situações ferem a SAN no sentido de não garantir alimentos de qualidade e seguros e, conseqüentemente, violam o DHAA da PSR.

## II. Caminhos para a garantia do DHAA

O tema trouxe o sentido do acesso iminente à alimentação pela PSR, proveniente tanto da solidariedade da população e de instituições (**Subtema - "tempero da solidariedade"**), quanto de políticas públicas (**Subtema - "medidas públicas emergenciais"**); assim como via luta popular (**Subtema - "terra, teto e trabalho"**) (ver Quadro 3).

No contexto de solidão política e não garantia ao DHAA, a solidariedade emergiu enquanto saída temporária a partir do subtema **"tempero da solidariedade"**, que trouxe a ideia central da distribuição de refeições e alimentos prontos, a partir de doações que abrangem iniciativas e campanhas vinculadas a instituições religiosas, empresas e sociedade civil. Alguns exemplos de grupos e movimentos foram: MNCR, Alimenta São Benedito, Sopão Eliseu e Serviço Franciscano de Solidariedade (SEFRAS). As ideias da doação e distribuição contidas neste tema, e que emergiram com a noção de "solidariedade" nos trechos, também apareceram por meio de outros termos, como "rede de solidariedade", "ajudar", "doar/doação", "gesto de caridade", "campanha", "projeto social" e "ação social".

Historicamente influenciada por concepções cristãs, a noção de solidariedade carrega por vezes um sentido próximo ao de ajuda caridosa.<sup>25</sup> Porém, nos trechos, a noção de solidariedade foi atrelada também à produção de refeições oriundas da reforma agrária e economia solidária (sobretudo ligada à produção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST). A economia solidária expressa-se por meio de diferentes formas organizativas fundamentadas na autogestão, na tomada de decisões democráticas e em relações sociais horizontais e de cooperação entre as pessoas e grupos.<sup>26</sup> Nesse sentido, solidariedade, direito e justiça social podem ser entendidos de maneira conectada, em que a solidariedade seria uma forma de inclusão e de correção das desigualdades, além de um conceito de luta para a classe trabalhadora, sendo utilizada com o objetivo de criar união e pertencimento dentro de um grupo social para reivindicar melhores condições de trabalho.<sup>25</sup>

Cabe ressaltar, entretanto, que mesmo reconhecendo o importante papel da sociedade civil na garantia do alimento à PSR, o papel do Estado, a partir de ações e políticas estruturais conjuntas entre diferentes esferas, é indispensável para o cumprimento do DHAA e de outros direitos essenciais às populações vulneráveis. Nesse sentido, as políticas neoliberais que vêm emergindo, e que se relacionam à atual insuficiência de políticas assistenciais a essas populações, convergem para um Estado mínimo, no qual há a responsabilização da sociedade civil por ações, como a doação de alimentos.<sup>23,27</sup>

No contexto do Estado mínimo, em situações de crise, **"medidas públicas emergenciais"** tornam-se imperativas. Este subtema trouxe o sentido central de iniciativas emergenciais vinculadas ao Estado, visando à garantia da alimentação e do isolamento social no período da pandemia. Essas medidas apresentaram a temática do acesso à alimentação de maneira direta - pela prorrogação da oferta de refeições em instituições e equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional (como o Bom Prato) - ou indireta - pela oferta de vagas em hotéis, e conseqüentemente, suporte a uma alimentação mais adequada nesses espaços -, conforme trazido pelas abrangências e nuances do Quadro 3.

O subtema **"terra, teto e trabalho"** trouxe o sentido central da luta popular, organização política e reivindicação da PSR ao DHAA permanentemente, para além da pandemia. Difere-se do subtema anterior, sobretudo, por se tratar de trechos em que a figura do povo conquistando e reivindicando direitos é mais forte do que a figura do poder público em si; e também por não se tratar de reivindicações emergenciais, e sim, perenes. A partir disso, trouxe aspectos sobre o que é reivindicado, atrelando: o DHAA da PSR ao acesso à produção da comida (Terra); o direito à moradia enquanto um local de abrigo para descanso, organização da alimentação, autocuidado e vivência familiar (Teto); e o direito à renda (Trabalho).

A partir disso, reivindicações trazidas por esse subtema extrapolaram a garantia ao alimento em si e perpassaram o acesso à moradia, à renda, ao trabalho; aspectos que também podem ser compreendidos, pela PSR, enquanto necessidades de saúde.<sup>28</sup> Paiva et al.<sup>11</sup> vão na mesma direção, trazendo essa pauta de que a PSR não quer "só comida". Destacam que o oferecimento de alimentos é de extrema importância, mas por si só não é suficiente para resgatar a cidadania e dignidade da pessoa em situação de rua.<sup>11</sup> O entendimento de que a moradia é um direito que precede a

garantia do acesso ao alimento já ocorre em políticas públicas internacionais, desde, pelo menos, 1992, como é o caso do "Housing First".<sup>29</sup> Indo mais além, nossos resultados destacam que a garantia de terra, moradia digna, renda e saúde estão imbricados ao acesso, preparo e produção do alimento. Desse modo, a dignidade, o reconhecimento e a inserção da pessoa em situação de rua enquanto cidadã atravessam essas dimensões.

À vista disso, a participação popular - ou controle social -, muito presente no subtema "Terra, teto e trabalho", tem papel fundamental para as conquistas direcionadas à PSR ao longo dos últimos anos<sup>11</sup> e está previsto na Política Municipal para a População em Situação de Rua como um princípio, incluindo a sociedade civil na tomada de decisões políticas voltadas à PSR. O controle social é fundamental para que ocorram avanços em prol do DHAA, sobretudo das minorias - avanços conquistados pela reivindicação de políticas públicas permanentes, assim como por medidas públicas emergenciais, trazidas em nossos subtemas.

### III. Alimentação enquanto símbolo de dignidade e acolhimento

O tema trouxe como sentido central a alimentação enquanto fonte de dignidade para a pessoa que come, sendo construída também a partir de processos de acolhimento. As abrangências, nuances e exemplos de trechos incluídos também foram detalhados no Quadro 3.

A noção de garantia e acesso aos alimentos, em documentos como do programa "Rede Cozinha Cidadã", estabelece a conexão, sobretudo ou apenas, à composição de alimentos e/ou nutrientes da marmita ofertada, trazendo como critério para a produção e composição mínima das marmitas: "600 gramas, porção de arroz, porção de feijão, porção de proteína animal, porção de legume"(p.3).<sup>30</sup> Não são considerados, *a priori*, aspectos como comensalidade, origem, processamento e contextualização cultural das refeições produzidas para atender a população.

Em contrapartida, neste tema observamos questões amplas atreladas à noção de garantia à alimentação, como a autonomia em se servir e realizar as refeições, a possibilidade de contribuir com tarefas relacionadas aos alimentos e refeições e a ideia de "mesa farta" e compartilhada. Camargo<sup>31</sup> considerou que o "comer à mesa" possui relação direta com a sociabilidade, pois durante esse ritual acontecem diversas interações e vínculos. Nesse mesmo sentido, Montanari<sup>32</sup> trouxe que esse ato carrega consigo uma série de informações e significados, a partir do planejamento, dos vínculos estabelecidos entre as pessoas e da interação cultural. Os autores discutem a comensalidade partindo de uma situação na qual há garantia de comida, mesa e teto. Neste artigo, entretanto, buscamos ressaltar que, mesmo para aquelas pessoas que são privadas dessas condições, a comensalidade é reconhecida e valorizada a partir dos rituais em torno da comida.

Nesse sentido, a alimentação adequada e digna em nossa análise perpassou as noções de acolhimento e pertencimento, quando a pessoa interlocutora da ideia de adequado e digno era a própria pessoa em situação de extrema vulnerabilidade. A SAN pôde ainda ser debatida ao longo dos temas deste artigo em vista da oferta, à PSR, de alimentos orgânicos e oriundos da reforma agrária (exemplo: "*Fizemos um balanço e totalizamos 2.500 toneladas de produtos orgânicos, produtos da Reforma Agrária, da luta do povo.*" [Daiane Ramos, militante do MST. Ed. 257, agosto 2020]). O Direito Agrário e, conseqüentemente, o acesso à terra, vão além da produção e acesso a alimentos, incluindo relações de trabalho, produção e melhoria da qualidade dos alimentos, manutenção da biodiversidade, identidades rurais, riquezas culturais e desenvolvimento sustentável.<sup>26</sup>

Quadro 3. Abrangências, nuances e exemplos de trechos incluídos aos temas e subtemas construídos.

Tema	Subtema	Categorias	Descrição das categorias e exemplos de trechos
Obstáculos na garantia do DHAA	Falta de políticas públicas	Abrangências	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não garantia de diferentes direitos essenciais afetando negativamente o acesso à alimentação: a) não garantia do auxílio emergencial; b) falta de estrutura nos atendimentos em albergues e centros de acolhida;</li> <li>• Falta de políticas públicas que garantam diretamente o acesso à alimentação.</li> </ul>
		Nuances	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de políticas públicas agravando a situação de insegurança alimentar na pandemia.</li> </ul>
		Exemplo de trechos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>"A violência se escancara quando alguém caminha pelo centro da cidade. [...] O básico do básico, que é o alimento e proteção contra o frio e o vírus, chega pela generosidade de instituições e igrejas, e nunca como um direito constitucional"</i> [Editorial. Ed. 255, julho, 2020].</li> </ul>
	Restrições na pandemia	Abrangências	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proibição e suspensão da distribuição de alimentos para a população em situação de rua durante o começo da pandemia;</li> <li>• Diminuição da circulação de pessoas nas ruas e fechamento dos comércios, gerando diminuição de doações de comida e de espaços possíveis para beber água;</li> <li>• Aumento de pessoas buscando por alimentos nas ruas, atrelado à insuficiência de doações e refeições distribuídas.</li> </ul>
		Exemplo de trechos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>"A região central, o Brás e Mooca são os lugares de maior concentração de pessoas em situação de Rua. Com isolamento social, as refeições distribuídas por voluntários foram suspensas. As organizações e grupos da sociedade que ofertam refeições diárias perceberam que aumentou os números de pessoas em busca de alimento. [...] Na região do Brás e Parque Dom Pedro as pessoas andam a esmo procurando comida. A cidade está praticamente deserta, não tem latinhas na rua e o comércio está fechado. Como essa população terá dinheiro para almoçar no Bom Prato?"</i> [Cláudia Pereira, equipe de reportagem. Blog, março, 2020].</li> </ul>
	Ausência de qualidade da comida	Abrangências	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Envenenamento via alimentos doados e questões sobre intoxicação alimentar devido ao consumo de alimentos inapropriados, em instituições de acolhimento, por estarem estragados ou com bichos.</li> </ul>
		Exemplo de trechos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>"Eu peguei uma infecção no estômago por conta da alimentação também [referindo-se à alimentação de um albergue o qual fazia uso]. O feijão veio azedo e a salada veio com bicho dentro, bem precário mesmo"</i> [Joice Aparecida, mulher em situação de rua. Ed. 260, setembro, 2020].</li> </ul>

Quadro 3. Abrangências, nuances e exemplos de trechos incluídos aos temas e subtemas construídos. (Cont.)

Tema	Subtema	Categorias	Descrição das categorias e exemplos de trechos
Caminhos para a garantia do DHAA	Tempero da solidariedade	Abrangências	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Doação de comida e insumos para os coletivos continuarem distribuindo alimentos ou refeições para a população em situação de rua;</li> <li>• Noção de solidariedade extrapolando a ideia de doação de comida ou do insumo doado, abrangendo quem realiza a solidariedade: a) a atuação de voluntários que cozinham e distribuem os alimentos ou ainda de voluntários que animam os momentos de doação e que realizam orientações sobre a pandemia; b) a participação da própria pessoa em situação de rua ou de voluntários "sem muitos recursos" como rede de apoio voluntária no momento da distribuição de doações;</li> <li>• Solidariedade destinada a outras pessoas em situação de vulnerabilidade, além da população em situação de rua, como a população indígena e de ocupações.</li> </ul>
		Nuances	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em alguns trechos, o termo "solidariedade" atrelou-se a doações oriundas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), conectando a noção de solidariedade à ideia de produção de comidas de reforma agrária e saborosas.</li> </ul>
		Exemplo de trechos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>"No entanto os sinais de vida e esperança foram muito mais duradouros e eficazes. [...] A solidariedade tornou-se a palavra-chave que orientou os movimentos sociais, as pastorais e as centenas de grupos que se organizaram no cuidado e proteção dos setores mais expostos ao vírus. Vencendo o medo, esses grupos se fizeram presentes nas ruas e praças da cidade através da distribuição de alimento, cestas básicas, máscaras, barracas, materiais de higiene e proteção e tantas formas criativas de proximidade"</i> [Editorial. Ed. 266, dezembro, 2020].</li> </ul>
	Medidas públicas emergenciais	Abrangências	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilização de vagas em hotéis para a população em situação de rua, a fim de promover o distanciamento, segurança sanitária e oferta de refeições durante a pandemia;</li> <li>• Oferecimento de refeições gratuitas em restaurantes populares;</li> <li>• Parcerias entre a prefeitura e restaurantes locais para doações à população em situação de rua.</li> </ul>
		Exemplo de trechos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>"Desde o dia 29 de maio, os restaurantes populares Bom Prato oferecem alimentação para população em situação de rua. A previsão de término do fornecimento é 30 de julho, com possibilidade de prorrogação, tendo em vista a crise causada pela Covid-19"</i> [Davi Amorim, jornalista. Ed. 254, junho, 2020].</li> </ul>
	Terra, teto e trabalho	Abrangências	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantia de moradia, emprego e terra para produção de alimentos como instrumentos para assegurar a alimentação.</li> </ul>
		Nuances	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atos políticos, apoiados por diversos movimentos e entidades de luta popular, reivindicando direitos, como alimentação, renda e moradia;</li> <li>• Produção de comida em assentamentos e coletivos populares, atrelada a reivindicações sobre a reforma agrária.</li> </ul>
		Exemplo de trechos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>"Finalmente conseguida a refeição do dia, é preciso escolher entre procurar um emprego ou tentar conseguir uma vaga num albergue para passar a noite. [...] Para mudar essa realidade, a única certeza que se tem de evitar que esse ciclo se reinicie no dia seguinte, é fazer uma luta feroz por Terra, Teto e Trabalho para todos"</i> [David Zamory, equipe de reportagem. Ed. 268, fevereiro, 2021].</li> </ul>

Quadro 3. Abrangências, nuances e exemplos de trechos incluídos aos temas e subtemas construídos. (Cont.)

Tema	Subtema	Categorias	Descrição das categorias e exemplos de trechos
Alimentação enquanto símbolo de dignidade e acolhimento		Abrangências	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Percepção de dignidade e de "vida digna" em locais que oferecem acolhida em torno de refeições (exemplo: Núcleo São Martinho - São Paulo (SP), Comunidade Trindade - Salvador (BA));</li> <li>● Atividades relacionadas à alimentação no local de acolhida (fazer café, preparar os alimentos, lavar a louça) enquanto ferramentas de participação e de construção de acolhimento.</li> </ul>
		Nuances	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Importância dos processos e rituais que envolvem a alimentação (o preparo do alimento, o momento da refeição e o sentar-se à mesa) enquanto ferramentas simbólicas para a garantia do acolhimento e dignidade;</li> <li>● Acolhimento vinculado ao ato de se alimentar junto, de maneira próxima e horizontal, e à noção de mesa posta e farta, com a possibilidade de se servir.</li> </ul>
		Exemplo de trechos	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <i>"Quando eu vim pela primeira vez, a Lúcia veio fechar a porta. [...] Quando eu ia xingar ela, porque estava fechando a porta e não me deu nada, ela pegou na minha mão, me puxou e falou 'vamos tomar um café!'. [...] Quando cheguei, encontrei a mesa farta: banana, pão, manteiga. [...] Ela me desatolou do fundo do poço... Lúcia me deu aquele abraço e me levou para o café"</i> [José Lima, morador da Comunidade Trindade. Ed. 254, junho, 2020].</li> </ul>

Fonte: Autoras. Exemplos de trechos oriundos das matérias retiradas do site <https://rederua.org.br/o-trecheiro/>

## CONCLUSÃO

A alimentação emergiu do *corpus documental* enquanto direito a ser garantido, pelo qual a própria PSR se coloca enquanto coletivo ativo na luta por tal garantia. A noção de alimentação enquanto direito foi apresentada juntamente com obstáculos e potencialidades para a garantia do comer, os quais são enfrentados, experimentados e vivenciados por essa população e comunicaram desde questões simbólicas sobre o comer (Tema "Alimentação enquanto símbolo de dignidade e acolhimento"), até questões de cunho político-estrutural (Temas "Caminhos para a garantia do DHAA" e "Obstáculos na garantia do DHAA").

Sobre os sentidos e significados da alimentação para a PSR, estes estiveram relacionados a percepções de pertencimento, acolhimento e dignidade. A questão da luta pela garantia da alimentação adequada mostrou-se como um campo intersetorial, perpassando reivindicações a outros direitos básicos, como moradia, acesso à produção do alimento e à renda. Além disso, nossos resultados também perpassaram noções sobre qualidade do alimento, acesso à terra, renda, sustentabilidade e cultura alimentar local. A reforma agrária foi atrelada à noção de "comida de qualidade", vinculando a adequação alimentar a uma comida proveniente de justiça social e de luta popular; e o alimento orgânico a uma alimentação saborosa.

A partir disso, pensar sobre o cuidado e a alimentação da PSR exige um olhar integral e multifatorial que considere as necessidades individuais e a complexidade do grupo estudado, assim como os diversos aspectos que atravessam as vivências desses indivíduos. Nesse sentido, inserem-se questões estruturais referentes à falta de moradia, questões sociopolíticas sobre as dificuldades para acessar o alimento e questões próprias dessas pessoas, como suas histórias de vida, saberes, experiências e percepções sobre as realidades nas quais estão inseridas. Todas essas distintas dimensões interagem entre si, atravessando as vivências da PSR e influenciando questões referentes à saúde e alimentação.

Uma possível limitação do nosso estudo se traduz na impossibilidade de ir a campo observar como a PSR interage com o jornal, dado o contexto desafiador da pandemia de Covid-19. Porém, esse recorte específico de tempo e contexto nos possibilitou olhar com atenção para esse momento de emergência política, sanitária e humanitária, que impacta profundamente as condições desse público; e, a partir disso, construir dados secundários que dialogam com as vozes da PSR e de movimentos ligados à causa.

O jornal *O Trecheiro* insere-se como um instrumento de resistência social e de luta para os indivíduos em situação de vulnerabilidade extrema, tendo em vista que é produzido, em grande parte, voluntariamente, distribuído gratuitamente e inclui a PSR na produção do conteúdo. Assim, apesar de analisarmos apenas uma fonte de documentos específica, esta constituiu uma fonte muito representativa das realidades sociais da PSR.

Em síntese, emergiram deste estudo questões e debates sobre a PSR, em torno de três eixos principais: a alimentação enquanto um direito não assegurado, vinculando-se à não garantia de outras necessidades básicas (moradia, renda, terra); as saídas e soluções que surgem para a garantia do alimento e de outros insumos para os indivíduos em situação de vulnerabilidade (solidariedade, luta popular); e os sentidos e significados que a alimentação e os rituais em torno dela possuem para a pessoa em situação de rua. Compreendemos e ressaltamos, nesse sentido, a importância de considerar as lutas e os debates que vão além do acesso ao alimento em estudos futuros do campo da Alimentação e Nutrição da PSR, abrangendo a conexão simbólica com o alimento e a garantia de outros direitos fundamentais, como o acesso à terra e à produção do alimento. Pensar na SAN da pessoa em situação de rua é pensar num sistema alimentar que vai desde o acesso à terra até o comer à mesa.

## REFERENCIAS

1. Brasil. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 24 dez 2009;Seção 1:16.
2. Brasil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. 18 set 2006; Seção 1:01.
3. Organização das Nações Unidas. Comentário Geral Número 12: O direito Humano à Alimentação (Art. 11). Brasília; 1999.
4. Brasil, Constituição (1988). Emenda constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Lex: legislação federal e marginalia, fev 2010;04:448.
5. Rede PENSSAN - Rede brasileira de pesquisa em soberania e segurança alimentar. II Vigisan: inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil [internet]. Rio de Janeiro; 2022 [cited 2022 set 09]. Available from: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>
6. Rede PENSSAN - Rede brasileira de pesquisa em soberania e segurança alimentar. Vigisan: inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil [internet]. Rio de Janeiro; 2021 [cited 2021 out 15]. Available from: [http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf)
7. Mattos ACE, Backes V. Pelas ruas, o ecoar da fome transcende o direito à alimentação. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos. 2019;7(1):295-317.
8. Organização das Nações Unidas. Pandemia pode ampliar fome e jogar 49 milhões de pessoas na pobreza extrema, alerta ONU [internet]. Brasília; 09 jun 2020 [cited 2021 mai 03]. Available from: <https://brasil.un.org/pt-br/node/85980>
9. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020) [internet]. IPEA, Ministério da Economia 2020 [cited 2021 jan 14]. Available from: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10074/1/NT\\_73\\_Disoc\\_Estimativa%20da%20populacao%20em%20situacao%20de%20rua%20no%20Brasil.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10074/1/NT_73_Disoc_Estimativa%20da%20populacao%20em%20situacao%20de%20rua%20no%20Brasil.pdf)
10. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. População em situação de rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais [internet]. IPEA, Ministério da Economia 2020 [cited 2021 mai 3]. Available from: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10078/1/NT\\_74\\_Diest\\_Disoc\\_Populacao%20em%20Situacao%20de%20Rua%20em%20Tempos%20de%20Pandemia.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10078/1/NT_74_Diest_Disoc_Populacao%20em%20Situacao%20de%20Rua%20em%20Tempos%20de%20Pandemia.pdf)

11. Paiva IKS, Lira CDG, Miranda MGO, Saraiva AKM. Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. *Cien Saude Colet* 2016; 21(8):2595-2606. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.06892015>
12. Acosta MPT, Resende VM. Discurso e protagonismo: população em situação de rua na produção discursiva de O Trecheiro. *Ver BrasLinguist* 2017;17(4):691-714. <https://doi.org/10.1590/1984-6398201711423>
13. Jornal O Trecheiro, jornalismo a serviço da população em situação de rua: História. *Rede Rua* [internet] 2021 [cited 2021 mai 3]. Available from: <https://rederua.org.br/o-trecheiro-historia/>
14. Deslandes S, Coutinho T. Pesquisa social em ambientes digitais em tempos de COVID-19: notas teórico-metodológicas. *Cad Saude Publica* 2020;36(11):1-11. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00223120>
15. Kahlke R. Generic Qualitative Approaches: Pitfalls and Benefits of Methodological Mixology. *International Journal of Qualitative Methods*. 2014;13(1):57-64. <https://doi.org/10.1177/160940691401300119>
16. Merriam SB. *Qualitative research and case study applications in education*. São Francisco (CA): Jossey-Bass, 1998.
17. Pimentel A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cad Pesqui* 2001;(114):179-195. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300008>
18. Quem somos. *Rede Rua* [internet]; 2021 [cited 2021 mai 3]. Available from: <https://rederua.org.br/quem-somos/>
19. Bardin L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70; 2016.
20. Bernard HR, Wutich A, Ryan GW. *Analyzing Qualitative Data: Systematic Approaches*. 2. ed. California: Sage; 2010.
21. Mac Queen KM, Mc Lellan E, Kay K, Milstein B. Codebook Development for Team-Based Qualitative Analysis. *Cult Anthropol Methods* 1998;10(2):31-36. <https://doi.org/10.1177/1525822X980100020301>
22. GraphPad Software [internet]. 2022 [cited 2022 Nov 21]. Available from: <https://www.graphpad.com/quickcalcs/distMenu/>
23. Delgado NG, Zimmermann SA. Políticas Públicas para soberania e segurança alimentar no Brasil: conquistas, desmontes e desafios para uma (Re)construção [internet] Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; 2022 [cited 2022 Nov 01]. Available from: [https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/52128/TD\\_83.pdf;jsessionid=D4113C7DFDF185364BCC56A934713A02?sequence=2](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/52128/TD_83.pdf;jsessionid=D4113C7DFDF185364BCC56A934713A02?sequence=2).
24. São Paulo (Cidade). Lei nº 17.252, de 26 de dezembro de 2019. Consolida a Política Municipal para a População em Situação de Rua, institui o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua e dá outras providências. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*. 26 dez. 2019;Seção 1:1.
25. Westphal VH. Diferentes matizes da ideia de solidariedade. *Rev Katálysis* [internet] 2008 [cited 2022 set 09];11(1):43-52. Available from: <https://www.scielo.br/j/rk/a/qctPHd95zN7VdhhN9gZ7Ght/abstract/?lang=pt>

26. Maniglia E. As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar. São Paulo: Cultura Acadêmica; 2009.
27. Montaño CE. O projeto neoliberal de resposta à "questão social" e a funcionalidade do "terceiro setor", n.8. De comunas a cacerolazos: dois séculos de lutas sociais. São Paulo, 2002. <https://doi.org/10.23925/ls.v0i8>
28. Prado MAR, Gonçalves M, Silva SS, Oliveira PS, Santos KS, Fortuna CM. Pessoas em situação de rua: aspectos sobre a saúde e experiências com serviços sanitários. Rev Bras Enferm 2021;74(1):1-9. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0200>
29. Tsemberis SJ. Housing First: The Pathways Model to End Homelessness for People with Mental Health and Substance Use Disorders. Minnesota: Hazelden; 2010.
30. São Paulo (Cidade). Decreto nº 60.155, de 29 de março de 2021. Dispõe sobre a isenção do rodízio municipal, a autorização para circular em vias destinadas à circulação de pedestres e a permissão de estacionamento em praças, ilhas e calçadas, aos veículos vinculados a entidades inscritas no Programa Sampa Mais Solidária. Diário Oficial da Cidade de São Paulo. 30 mar 2021;Seção 1:1.
31. Camargo LOL. Hospitalidade. São Paulo: Aleph; 2004.
32. Montanari M. Comida como cultura. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

**Colaboradoras**

TorresTH, Scagliusi FB e Sabatini F participaram da concepção e desenho; análise e interpretação dos dados; revisão e aprovação da versão final.

Conflito de Interesses: As autoras declaram não haver conflito de interesses.

---

Recebido: 22 de novembro de 2022

Aceito: 10 de novembro de 2023